



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À EVASÃO E REPETÊNCIA: DESAFIOS E RESULTADOS

Cosmo Maurílio da Silva Tavares¹

RESUMO

A evasão e a repetência escolar são desafios persistentes na educação brasileira, impactando diretamente o desempenho acadêmico dos estudantes e comprometendo a qualidade do ensino. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas implementadas para combater esses problemas, identificando seus desafios e avaliando seus resultados. Para tanto, foram investigadas políticas educacionais desenvolvidas em âmbito nacional e estadual, considerando sua aplicabilidade, eficácia e limitações. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de programas governamentais, leis e relatórios educacionais. Além disso, são discutidas as principais causas da evasão e da repetência, incluindo fatores socioeconômicos, estruturais e pedagógicos, que influenciam o fracasso escolar e a permanência dos alunos no sistema educacional. Os resultados evidenciam que políticas como o “Programa Bolsa Família”, o “Programa Novo Mais Educação” e iniciativas voltadas à Educação Integral têm contribuído para a redução da evasão, ao oferecerem suporte financeiro, ampliação da jornada escolar e estratégias de reforço pedagógico. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura adequada, formação docente insuficiente e dificuldades na implementação de políticas educacionais eficazes ainda comprometem a efetividade dessas ações. Conclui-se que, embora tenham sido observados avanços na redução da evasão e da repetência, é fundamental aprimorar as políticas públicas, considerando a necessidade de intervenções mais personalizadas, investimentos na formação continuada de professores e fortalecimento do vínculo escola-família. A pesquisa reforça a importância de um olhar multidimensional sobre o problema, destacando que estratégias isoladas são insuficientes para promover mudanças estruturais significativas. Dessa forma, propõe-se um modelo de ação integrado, que contemple tanto a melhoria das condições de ensino quanto o suporte social aos estudantes em situação de vulnerabilidade, garantindo, assim, um ensino mais inclusivo e eficaz.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Repetência, Políticas Públicas; Permanência Estudantil; Qualidade da Educação.

¹ Graduação em Licenciatura em Educação Física - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) na Cidade do Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. Professor Efetivo da Rede Municipal no Município de Itaitinga, Ceará, Brasil. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol, UNADES/PY.

1. MARCO INTRODUTÓRIO

A evasão e a repetência escolar são desafios significativos para o sistema educacional brasileiro, refletindo problemas estruturais que comprometem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Essas questões impactam diretamente os índices de qualidade da educação, revelando fragilidades que exigem soluções eficazes por meio de políticas públicas. Neste contexto, a análise das estratégias implementadas pelo poder público para mitigar esses fenômenos torna-se essencial para compreender sua efetividade e os desafios ainda existentes.

Este estudo propõe uma investigação sobre as políticas públicas voltadas para a redução da evasão e da repetência, analisando suas contribuições e limitações na promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva. Para tanto, serão examinados programas governamentais, diretrizes educacionais e estudos acadêmicos que abordam essa problemática, visando compreender quais iniciativas têm obtido sucesso e quais necessitam de reformulações.

2. MARCO TEÓRICO

A evasão escolar é um dos desafios mais complexos enfrentados pelas instituições de ensino da educação básica, agravando-se ao longo dos anos e comprometendo o desenvolvimento educacional de inúmeros estudantes. Para a construção de estratégias eficazes no combate a esse problema, é fundamental compreender as múltiplas causas que levam determinados alunos a abandonarem a escola. Esse entendimento permite não apenas uma análise aprofundada das razões que impulsionam a evasão, mas também a identificação do papel da escola na promoção de ações preventivas que incentivem a permanência estudantil.

A escola, como espaço formador e de socialização, deve assumir um papel ativo na implementação de iniciativas que reduzam os índices de evasão, garantindo um ambiente acolhedor e um ensino de qualidade. Para tanto, é essencial o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas bem estruturadas, que possam, de maneira sistemática e eficaz, minimizar os impactos da evasão escolar. Essas políticas precisam contemplar tanto o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas quanto a oferta de suporte social e psicológico aos alunos em situação de vulnerabilidade.

Um aspecto crucial no enfrentamento da evasão escolar é a identificação dos fatores que a desencadeiam. Tais fatores podem ser de ordem socioeconômica, familiar, estrutural ou pedagógica, e compreender essa complexidade é indispensável para a formulação de ações que realmente atendam às necessidades dos alunos. Nesse sentido, é imprescindível considerar não apenas o ambiente escolar, mas também as condições de vida e os desafios enfrentados pelos estudantes em seu contexto familiar e comunitário.

O envolvimento da família e da comunidade nesse processo contribui significativamente para a construção de uma rede de apoio que favoreça a permanência escolar e fortaleça o vínculo entre alunos, professores e gestores educacionais. Portanto, combater a evasão escolar exige um olhar amplo e integrado, que considere tanto as fragilidades do sistema educacional quanto as necessidades individuais dos estudantes. Somente por meio de ações planejadas, políticas públicas eficazes e uma abordagem colaborativa entre escola, família e sociedade será possível garantir que mais crianças e adolescentes tenham acesso a uma trajetória educacional contínua e bem-sucedida.

Quando a escola estabelece uma parceria efetiva com as famílias e com a assistência social, baseada no conhecimento aprofundado dos fatores que levam os alunos a abandonarem a sala de aula, há uma maior possibilidade de desenvolver estratégias eficazes para prevenir a evasão escolar. Essa colaboração permite a criação de ações mais assertivas alinhadas às reais necessidades dos estudantes, garantindo um suporte adequado para que eles permaneçam no ambiente escolar e concluam sua trajetória educacional com sucesso.

Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que assegurem a permanência dos alunos nas escolas, proporcionando-lhes condições favoráveis para o aprendizado e o desenvolvimento de suas potencialidades. Embora a educação seja um direito constitucional, sua garantia não se dá apenas pela existência de um sistema de ensino estruturado. É necessário que esse direito seja efetivado por meio de iniciativas que minimizem os desafios enfrentados pelos estudantes, promovendo um ensino inclusivo e acessível a todos.

Os principais fatores que contribuem para a evasão escolar são multifacetados e exigem uma abordagem abrangente para serem solucionados. Dentre eles, destacam-se a falta de preparo pedagógico dos professores para lidar com a diversidade de aprendizagem, as dificuldades cognitivas enfrentadas por alguns alunos e as deficiências no suporte pedagógico oferecido pelas instituições de ensino. Além disso, há fatores externos à escola que exercem uma forte influência sobre a permanência dos estudantes, como as condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Situações de vulnerabilidade, como a pobreza, a violência doméstica, a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho e a falta de infraestrutura adequada nas comunidades, são determinantes que impactam diretamente a frequência e o desempenho escolar.

Portanto, garantir que os alunos permaneçam na escola requer uma abordagem intersetorial, envolvendo políticas educacionais eficazes, formação continuada de professores, suporte psicossocial e a participação ativa das famílias e da comunidade. Apenas com ações articuladas e comprometidas com a realidade dos estudantes será possível combater a evasão escolar e assegurar que a educação cumpra seu papel de transformação social e promoção da equidade.

A educação brasileira enfrenta inúmeros desafios, e a evasão escolar é uma das problemáticas que afetam diretamente a qualidade do ensino em todos os níveis, especialmente na educação básica. Garantir o direito constitucional à educação para crianças e jovens exige não apenas a existência de um sistema de ensino acessível,

mas também a compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para o abandono escolar. Assim, torna-se fundamental investigar as principais causas desse fenômeno e analisar as políticas públicas direcionadas ao seu enfrentamento, a fim de promover estratégias mais eficazes para a permanência dos alunos na escola.

O papel da escola na redução da evasão escolar vai além da simples oferta de ensino; ele envolve um acompanhamento contínuo da frequência e do engajamento dos estudantes no ambiente escolar. A identificação precoce dos sinais de desmotivação e do risco de abandono é essencial para a construção de intervenções preventivas. Esse monitoramento permite reconhecer alunos que enfrentam situações de vulnerabilidade social, dificuldades de aprendizagem, desinteresse acadêmico ou mesmo problemas familiares que dificultam sua permanência na escola.

Ao identificar esses fatores, a escola deve atuar de forma integrada com outros setores da sociedade, encaminhando os estudantes em situação de risco para órgãos competentes, como a assistência social, os conselhos tutelares e programas de apoio psicopedagógico. Essa articulação intersetorial é essencial para fornecer suporte adequado às necessidades dos alunos, garantindo que não apenas permaneçam na escola, mas também tenham acesso a um ensino de qualidade, adaptado às suas realidades e desafios.

Portanto, o combate à evasão escolar requer um compromisso coletivo, que envolva educadores, famílias, gestores e políticas públicas eficientes. Somente por meio da identificação precoce dos fatores de risco e da implementação de ações preventivas e integradas será possível garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, proporcionando-lhes melhores oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), a escola tem um papel fundamental não apenas no desenvolvimento de habilidades cognitivas e na construção do conhecimento dos alunos, mas também na promoção da humanização e socialização. Dessa forma, a instituição de ensino deve atuar de maneira a atender às necessidades educacionais dos estudantes, garantindo-lhes condições para o exercício pleno da cidadania. Para que isso ocorra de maneira efetiva, é essencial que tanto professores quanto alunos tenham consciência de sua realidade e de suas especificidades, considerando que cada indivíduo traz consigo experiências e desafios que vão além do ambiente escolar e impactam diretamente seu desempenho acadêmico.

As razões que levam os alunos a abandonarem a escola são diversas e frequentemente interligadas. Entre os fatores mais recorrentes estão a falta de interesse pelos estudos, dificuldades de aprendizagem não identificadas ou não tratadas, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a ausência de estímulo familiar, problemas de saúde física ou mental, além de dificuldades relacionadas ao acesso à escola, como transporte inadequado e infraestrutura precária. Esses elementos contribuem para o aumento dos índices de evasão escolar e demandam uma abordagem educativa que vá além do ensino formal, incluindo suporte psicossocial, ações de inclusão e políticas públicas eficazes para minimizar os impactos dessas barreiras na trajetória acadêmica dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a implementação de estratégias que promovam o engajamento e a permanência dos alunos na escola. Isso inclui desde a adoção de metodologias de ensino mais dinâmicas e inclusivas até o fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade. Além disso, a formação continuada dos professores deve ser prioridade, capacitando-os para identificar e lidar com os desafios enfrentados pelos alunos, garantindo um ensino mais adequado às suas realidades e necessidades. Dessa maneira, a escola pode cumprir seu papel social e contribuir para a redução dos índices de evasão, assegurando que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver-se plenamente enquanto cidadãos.

Para encontrar soluções eficazes para o problema da evasão escolar, é essencial compreender o papel das políticas públicas e sua influência na erradicação desse fenômeno. Isso exige uma análise detalhada de como essas políticas são formuladas, implementadas e percebidas na sociedade. De acordo com Sousa (2003), "o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real" (SOUZA, 2003, p. 13). Essa definição destaca a importância de políticas estruturadas e direcionadas para transformar a realidade educacional, garantindo a permanência dos alunos na escola.

Com base nessa perspectiva, torna-se possível identificar e avaliar as ações governamentais voltadas para a mitigação da evasão escolar. Entre essas ações, destacam-se programas como o Bolsa Família, que condiciona a concessão do benefício à frequência escolar, iniciativas de Educação Integral, que buscam ampliar a jornada e oferecer um ensino mais atrativo, e projetos de recuperação da aprendizagem para alunos com dificuldades acadêmicas. Além disso, políticas que investem na formação docente, na melhoria da infraestrutura escolar e na promoção da inclusão social também desempenham um papel crucial na redução da evasão.

No entanto, para que essas políticas sejam efetivas, é fundamental que sejam acompanhadas de avaliações contínuas e de ajustes conforme as necessidades identificadas nas diferentes realidades escolares. A participação da comunidade escolar, das famílias e de demais setores da sociedade é essencial para garantir que as políticas públicas não apenas existam no papel, mas que realmente produzam impactos positivos na trajetória educacional dos estudantes. Dessa maneira, um planejamento estratégico e integrado pode contribuir significativamente para a superação dos desafios relacionados à evasão escolar, assegurando que mais crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e permaneçam na escola até a conclusão de seus estudos.

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, e sua efetivação depende de um esforço conjunto entre diferentes esferas do poder público — federal, estadual e municipal — bem como da atuação integrada da escola e da família. Garantir esse direito requer o desenvolvimento de ações articuladas que combatam a evasão escolar e assegurem aos estudantes as condições necessárias para sua permanência e pleno desenvolvimento no ambiente escolar.

Enfrentar o problema da evasão escolar na educação básica exige, antes de tudo, a compreensão dos fatores determinantes que contribuem para esse fenômeno. Entre os principais motivos estão o desinteresse dos alunos pelos estudos, muitas vezes associado à ausência de práticas pedagógicas motivadoras, o despreparo de parte do corpo docente, a precariedade da infraestrutura física das escolas, bem como as condições familiares desfavoráveis que dificultam o acesso regular à escola.

Problemas como a distância entre a residência do aluno e a escola, a carência de transporte escolar eficiente, as dificuldades de aprendizagem não acompanhadas e a ausência de suporte pedagógico adequado contribuem significativamente para o abandono escolar. Além disso, a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, comum entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, faz com que muitos jovens abandonem os estudos, o que agrava ainda mais a defasagem no processo de ensino-aprendizagem. Esse cenário reflete um problema histórico e persistente que afeta diversas gerações. Os altos índices de analfabetismo entre jovens com mais de 15 anos, adultos e idosos demonstram como a evasão escolar contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Para transformar essa realidade, é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes, voltadas não apenas à garantia do acesso à escola, mas também à permanência, à aprendizagem significativa e à valorização da trajetória educacional de cada estudante.

Portanto, superar a evasão escolar é um desafio que exige compromisso político, investimento contínuo em educação e o envolvimento ativo de toda a sociedade. Somente com ações coordenadas, baseadas em diagnósticos precisos e em estratégias pedagógicas inclusivas e contextualizadas, será possível assegurar que a educação cumpra seu papel emancipador e contribua para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

A partir da compreensão dos fatores que contribuem para a evasão escolar, a própria escola — por meio de seu corpo gestor, professores e demais profissionais da educação — pode desenvolver estratégias e práticas pedagógicas eficazes que auxiliem os alunos a enfrentarem os desafios que comprometem sua permanência na escola. Cabe à instituição de ensino adotar uma postura proativa, atuando não apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como um ambiente acolhedor e de apoio às necessidades dos estudantes.

A formação continuada dos professores desempenha um papel central nesse processo, pois contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas, permitindo que o docente esteja melhor preparado para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Além disso, a preparação cuidadosa das aulas, a organização de um ambiente físico e emocionalmente seguro e acolhedor, e o desenvolvimento de atividades que valorizem a participação e o protagonismo estudantil são ações fundamentais para estimular o engajamento dos alunos.

Outro aspecto importante é a implementação da busca ativa, uma estratégia essencial para identificar, de forma antecipada, os estudantes em situação de risco de evasão. Por meio desse acompanhamento próximo, a escola pode reconhecer as dificuldades que impedem ou dificultam a frequência regular às aulas — sejam elas de ordem social, econômica, emocional ou de aprendizagem — e atuar em parceria com órgãos competentes, como os serviços de assistência social, saúde e conselho

tutelar, para oferecer o suporte necessário. Dessa forma, a escola fortalece sua função social e educativa, atuando como mediadora entre o aluno, a família e a rede de proteção social. Ao promover ações articuladas, pautadas na escuta, no acolhimento e no compromisso com a permanência e o sucesso escolar, a instituição de ensino contribui de maneira significativa para a redução da evasão escolar e para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o combate à evasão escolar na educação básica, destacam-se três importantes programas criados com o objetivo de minimizar os impactos desse fenômeno e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Essas iniciativas, embora distintas em sua estrutura e finalidade, convergem na promoção de ações que favorecem a continuidade dos estudos, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Caminho da Escola é uma dessas iniciativas. Criado para atender principalmente os estudantes da zona rural, o programa tem como foco garantir o transporte escolar seguro, acessível e de qualidade. Reconhecendo que a distância entre a residência do aluno e a escola pode ser um fator decisivo para o abandono escolar, o poder público tem realizado investimentos constantes na aquisição e renovação da frota de ônibus escolares. Essa medida visa assegurar que os estudantes não deixem de frequentar a escola por falta de transporte adequado, promovendo assim a equidade no acesso à educação.

Outro programa de grande relevância é o Bolsa Família, atualmente reformulado como Auxílio Brasil. Embora seja uma política social de transferência de renda gerida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, seu impacto na educação é significativo. O programa estabelece condicionalidades educacionais, exigindo que crianças e adolescentes beneficiários estejam matriculados em escolas regulares e frequentem as aulas. Essa exigência funciona como um importante incentivo para que as famílias mantenham seus filhos na escola, evitando que abandonem os estudos para contribuir com a renda familiar por meio do trabalho precoce. Dessa forma, o programa atua de maneira indireta, mas eficaz, na prevenção da evasão escolar, ao aliviar parte das dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias em situação de extrema pobreza.

O Programa Brasil Alfabetizado, por sua vez, tem como objetivo combater o analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de frequentar ou concluir a escola na idade apropriada. Com apoio financeiro e técnico do governo federal, o programa incentiva estados e municípios a desenvolverem projetos de alfabetização, contribuindo para o resgate da cidadania e a inclusão educacional de uma parcela significativa da população que historicamente esteve excluída do sistema de ensino. Ao acolher esse público e oferecer-lhes a oportunidade de retomar seus estudos, o programa atua também de forma preventiva, reduzindo os índices de evasão futura e ampliando o acesso à educação ao longo da vida. Em conjunto, esses programas representam importantes ferramentas no enfrentamento da evasão escolar, contribuindo para a construção de uma educação mais acessível, inclusiva e igualitária, alinhada aos princípios constitucionais de garantia do direito à educação para todos os brasileiros.

3. MARCO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. A abordagem qualitativa permite compreender de maneira aprofundada as políticas públicas voltadas para a evasão e a repetência escolar, analisando seus impactos e desafios.

A pesquisa tem um alcance exploratório e descritivo. O caráter exploratório visa compreender os fatores que influenciam na evasão e na repetência, enquanto o descritivo busca analisar e sintetizar as políticas públicas existentes, bem como seus resultados e desafios.

O enfoque desta pesquisa é qualitativo, pois busca interpretar e analisar as informações obtidas por meio da revisão bibliográfica e documental. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla do problema, identificando padrões e tendências nas políticas públicas de combate à evasão e à repetência escolar.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente por meio de revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos, documentos oficiais e relatórios governamentais sobre o tema. A revisão bibliográfica possibilitou a identificação de estudos e políticas já existentes, fornecendo um embasamento teórico sólido para a análise das estratégias implementadas no combate à evasão e à repetência escolar no Brasil.

4. MARCO ANALÍTICO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise dos dados levantados por meio da revisão bibliográfica permitiu identificar que, apesar de existirem políticas públicas voltadas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, os índices de evasão e repetência ainda persistem como um grande desafio para a educação brasileira. De acordo com Pereira (2019), uma das maiores dificuldades enfrentadas está relacionada à insuficiência de ações que considerem as necessidades reais dos alunos, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade social.

Em Arbache (2001) há o reforço desta crítica quando aponta que, embora haja investimentos em programas de formação docente e qualificação do ensino, os resultados práticos ainda estão aquém do esperado. Segundo o autor, muitas escolas permanecem estagnadas, sem oferecer novas perspectivas aos alunos, o que contribui para o desinteresse e posterior evasão.

Nesse sentido, Libâneo (1994) destaca o papel fundamental da escola na formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade. Para isso, é necessário que a escola promova um ensino de qualidade, com práticas pedagógicas significativas e voltadas para o desenvolvimento integral dos alunos.

Complementando essa visão, Freire (1971) propõe uma pedagogia libertadora, em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre por meio do diálogo e da troca mútua entre educador e educando. O ensino, portanto, deve ser atrativo, contextualizado e voltado para a realidade dos estudantes, de modo a favorecer o engajamento e a permanência escolar.

Ainda segundo Pereira (2019), entre os fatores mais frequentes que levam à evasão estão a necessidade de trabalhar, a gravidez precoce, a desestruturação familiar, as dificuldades financeiras, a distância entre a casa e a escola, e a desmotivação dos alunos. Além disso, a infraestrutura inadequada e o desânimo dos professores também impactam diretamente a permanência dos alunos na escola.

Para Lopes e Rocha (1999), o acompanhamento constante dos estudantes, a criação de um ambiente escolar acolhedor e seguro, e a valorização da formação continuada dos professores são medidas essenciais para enfrentar o problema. Os autores defendem que o professor deve estar em constante evolução, preparado para lidar com as diversidades e tornar o processo de ensino mais significativo.

Por fim, Freire (1971) e Bobbio (2004) destacam a importância de despertar nos alunos a consciência sobre o valor dos estudos. No entanto, essa conscientização só será possível se for acompanhada por um esforço conjunto entre escola, família e poder público para garantir as condições necessárias à permanência dos alunos.

Dessa forma, os resultados analisados demonstram que a evasão escolar é um problema multifatorial, que exige soluções integradas e contínuas. A superação desse desafio passa pela valorização da educação, pela reformulação das práticas pedagógicas e pela construção de uma rede de apoio que envolva todos os atores responsáveis pela formação educacional dos alunos.

A evasão escolar é um fenômeno multifacetado que reflete não apenas falhas no sistema educacional, mas também profundas desigualdades sociais, culturais e econômicas. Como exposto ao longo deste estudo, diversos fatores contribuem para o afastamento dos alunos da escola, desde a estrutura pedagógica e física das instituições até o contexto socioeconômico das famílias e comunidades. O presente capítulo visa analisar criticamente esses elementos, com base em autores e dados que evidenciam a complexidade do tema.

Segundo Rumberger (1995, 2008, apud Filho & Araújo, 2017), a compreensão da evasão escolar exige uma leitura ampla das influências que incidem sobre o estudante, incluindo fatores pessoais, familiares, escolares e comunitários. Essa visão sistêmica reforça a necessidade de políticas públicas que integrem diferentes áreas e promovam o acolhimento e a permanência escolar de forma efetiva.

Destarte, Barros (2017) corrobora essa abordagem ao apresentar doze pilares fundamentais para combater a evasão, que incluem desde a ampliação do acesso, passando pela adequação da infraestrutura, até a promoção do protagonismo juvenil e o fortalecimento da motivação e do engajamento. Destacam-se nesse contexto, políticas voltadas para alunos com impossibilidades físicas de frequentar a escola, bem como ações conjuntas com os serviços sociais para enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

Já Lopes (2017) enfatiza que, para enfrentar de forma eficaz a evasão, é necessário investir no ensino básico, especialmente no Ensino Médio, com melhorias na infraestrutura e com apoio à formação inicial e continuada de professores e gestores. Essa formação qualificada é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais atrativas, inclusivas e eficazes.

Em adição, Pakenas & Filho (2017) defendem um Ensino Médio que vá além da simples preparação técnica para o mercado de trabalho, propondo uma formação integral do sujeito, que promova cidadania e emancipe o estudante social e profissionalmente. Para isso, propõem uma reforma que leve em conta as realidades e necessidades dos alunos, de modo a tornar a escola mais significativa e, conseqüentemente, reduzir os índices de evasão.

Nesse mesmo sentido, Sampaio (2018) analisa a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), destacando que, embora apresentada como resposta à evasão, sua aprovação ocorreu de maneira controversa, sem ampla participação da comunidade escolar. A falta de debate aprofundado gerou críticas por parte de estudantes, educadores e demais atores sociais, que temem o aumento das desigualdades e a fragilização da educação pública.

Essas análises evidenciam que a evasão escolar não se resume a um problema pedagógico, mas constitui um reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade. Conforme Fornari (2010), a solução definitiva para esse desafio não está unicamente na escola, mas na transformação social ampla, que envolva políticas públicas intersetoriais capazes de reduzir as vulnerabilidades e garantir condições reais de permanência escolar.

Portanto, é fundamental repensar o papel da escola, promovendo ambientes mais acolhedores, democráticos e inovadores, que estimulem o interesse e o envolvimento dos estudantes. Investir em políticas públicas integradas, valorização profissional, flexibilidade curricular e protagonismo juvenil são caminhos viáveis e urgentes para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora, capaz de romper com os ciclos de exclusão que historicamente marcam o sistema educacional brasileiro.

Ao analisar os fatores que contribuem para o processo de evasão escolar na educação básica, torna-se evidente que esse fenômeno está associado a um conjunto de elementos interligados, que envolvem tanto condições externas quanto internas ao ambiente escolar. Um dos aspectos mais críticos identificados é a falta de transporte escolar, especialmente nas zonas rurais, onde a distância entre a residência e a escola representa uma barreira significativa para a frequência regular dos alunos. Além disso, as condições financeiras precárias das famílias são determinantes no abandono dos estudos, uma vez que muitas crianças e jovens precisam deixar a escola para trabalhar e ajudar na subsistência do núcleo familiar.

Segundo Barros (2001), embora os motivos que levam os estudantes a abandonar os estudos sejam diversos, é possível destacar três características principais que contribuem de forma expressiva para esse problema. A primeira refere-se às condições de acesso à educação, como a disponibilidade de estabelecimentos de ensino próximos, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência, situações de pobreza extrema e problemas de saúde, que limitam a permanência do aluno na escola.

A segunda característica diz respeito a fatores internos, mais especificamente ligados ao ambiente escolar. Nesse contexto, destacam-se a baixa qualidade do ensino, a falta de metodologias atrativas, a defasagem no aprendizado e a ausência

de acompanhamento pedagógico individualizado, que fazem com que o aluno se sinta desmotivado, não compreenda os conteúdos e, conseqüentemente, se afaste da escola.

A terceira característica apontada por Barros (2001) está relacionada ao engajamento e à capacidade emocional do estudante, ou seja, à sua habilidade de lidar com dificuldades, frustrações e desafios escolares. Alunos que não recebem apoio emocional, que vivenciam problemas pessoais e que têm baixa autoestima tendem a se sentir inseguros, desvalorizados e, por isso, acabam abandonando os estudos, especialmente quando não há uma rede de suporte psicossocial eficaz dentro e fora da escola.

Diante desse cenário, fica claro que o combate à evasão escolar exige uma abordagem ampla e integrada, que considere os múltiplos aspectos que envolvem a vida do estudante. A superação desse desafio passa pelo fortalecimento das políticas públicas de acesso e permanência escolar, pela melhoria das condições de ensino, pela valorização da formação docente e pelo envolvimento ativo da comunidade escolar e das famílias. Somente assim será possível criar um ambiente educativo mais justo, acolhedor e eficaz, capaz de garantir o direito à educação a todos.

Sob essa perspectiva, Souza (2003) ressalta a importância da formulação de políticas públicas eficazes, que estejam alinhadas às reais necessidades educacionais dos alunos e capazes de enfrentar os desafios que contribuem para a evasão escolar. Para o autor, compreender as causas do abandono escolar é o primeiro passo para que os governos possam estruturar ações concretas e direcionadas à resolução do problema.

A evasão escolar é um fenômeno multifatorial e, portanto, exige respostas igualmente complexas e articuladas. Souza (2003) afirma que o processo de formulação de políticas públicas deve ser fundamentado em diagnósticos precisos e contextualizados, de modo que as medidas adotadas não sejam genéricas ou desvinculadas das realidades locais. A elaboração de políticas eficientes depende do reconhecimento das vulnerabilidades que afetam os estudantes, como a pobreza, a distância entre casa e escola, a falta de transporte, o trabalho infantil, as dificuldades de aprendizagem, a desestruturação familiar, entre outros fatores.

Nesse sentido, o papel do Estado é essencial na criação de programas e projetos que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Tais políticas devem ser pensadas de forma intersetorial, envolvendo educação, saúde, assistência social e infraestrutura, promovendo assim um atendimento integral aos alunos e suas famílias. Ações como a oferta de transporte escolar, merenda de qualidade, acompanhamento pedagógico, formação continuada de professores e apoio psicossocial são exemplos de intervenções que podem minimizar os índices de evasão.

Portanto, Souza (2003) defende que as políticas públicas só serão eficazes se forem construídas com base em evidências, com foco na equidade, na inclusão e na promoção do direito à educação. É preciso que o Estado assuma sua responsabilidade com o desenvolvimento educacional da população, criando condições concretas para que todos os alunos tenham não apenas acesso à escola,

mas também permaneçam nela e aprendam com qualidade, superando os obstáculos que historicamente têm excluído os mais vulneráveis do sistema de ensino.

Desse modo, destacam-se três programas fundamentais desenvolvidos com o objetivo de contribuir para a redução da evasão escolar no Brasil: o Programa Caminho da Escola, o Programa Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil) e o Programa Brasil Alfabetizado. Cada um deles atua em frentes específicas, mas complementares, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes em diferentes contextos sociais e educacionais.

O Programa Caminho da Escola busca garantir que alunos residentes em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso consigam chegar com segurança e regularidade às instituições de ensino, superando uma das principais barreiras físicas que dificultam o acesso à educação. Já o Programa Bolsa Família, mesmo sendo uma política de assistência social, tem impacto direto na educação ao condicionar o recebimento do benefício à matrícula e frequência escolar mínima, incentivando as famílias a manterem seus filhos na escola. Por fim, o Programa Brasil Alfabetizado atua na inclusão de jovens e adultos fora da idade escolar regular, oferecendo uma nova oportunidade para aqueles que, por diversos motivos, não iniciaram ou não concluíram sua escolarização.

De acordo com Barros et al. (2001), garantir que os alunos cheguem até as unidades escolares é uma etapa importante, mas assegurar que permaneçam e se desenvolvam no ambiente escolar é essencial para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma efetiva. A permanência do aluno na escola está diretamente relacionada à qualidade das relações estabelecidas nesse espaço, à pertinência dos conteúdos trabalhados e à sensibilidade das práticas pedagógicas diante das realidades e necessidades dos estudantes. Somente com a implementação de políticas públicas integradas, estruturadas e com foco na equidade será possível assegurar o pleno desenvolvimento do aluno, proporcionando-lhe condições de se preparar não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para o exercício pleno da cidadania. Esses programas, quando bem aplicados e acompanhados, representam um avanço significativo na luta contra a evasão escolar e na promoção de uma educação pública de qualidade e inclusiva.

Segundo Egami (2017), o Programa Caminho da Escola foi criado com a finalidade de facilitar a aquisição de ônibus escolares por parte dos municípios, buscando solucionar um dos principais entraves ao acesso à educação: a dificuldade de transporte para estudantes, sobretudo aqueles que vivem em zonas rurais e regiões de difícil acesso. A proposta do programa é oferecer um meio de transporte seguro, confortável e de qualidade, garantindo que os alunos possam se deslocar até as unidades escolares de forma regular e com dignidade.

Já Egami (2017) destaca, no entanto, que não basta apenas implementar o programa; é essencial avaliar constantemente sua efetividade, ou seja, verificar se os objetivos propostos estão, de fato, sendo alcançados. Entre esses objetivos, estão a redução das taxas de evasão escolar, o aumento da frequência dos alunos e a melhoria das condições de acesso à educação básica, principalmente para os estudantes das redes públicas municipais e estaduais.

A autora chama atenção para a importância do monitoramento e da fiscalização das ações executadas, de forma a garantir que os recursos investidos estejam sendo utilizados corretamente e que os veículos adquiridos estejam atendendo à demanda com qualidade e segurança. Isso implica considerar fatores como a adequação dos ônibus às condições geográficas das regiões atendidas, a manutenção periódica dos veículos, a formação dos motoristas e a cobertura suficiente das rotas escolares.

Portanto, a análise crítica sugerida por Egami (2017) reforça que, para além da implementação, é fundamental assegurar a efetividade e a sustentabilidade das ações propostas, garantindo que o Programa Caminho da Escola cumpra seu papel como política pública de inclusão educacional e contribua de forma significativa para a superação das barreiras de acesso à escola no Brasil.

Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2007, ano de criação do Programa Caminho da Escola, o Brasil registrava uma taxa de evasão escolar de 5,11% no ensino básico. Isso significa que, a cada 100 alunos matriculados, cerca de cinco não conseguiam concluir o ano letivo. Essa realidade apontava para a urgência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das barreiras que impedem a permanência dos estudantes na escola, sendo o transporte escolar uma delas. Com a implementação do programa, que passou a facilitar a aquisição de ônibus escolares por estados e municípios, especialmente para atender regiões rurais e de difícil acesso, buscou-se garantir o direito de ir e vir dos alunos, assegurando a frequência regular às aulas. O objetivo era justamente minimizar a evasão escolar provocada pela dificuldade de deslocamento até as unidades escolares.

Os dados indicam que a política teve impactos positivos. Em 2014, apenas oito anos após o início do programa, a taxa de evasão escolar caiu para 3,93%, representando uma redução de aproximadamente 23% em relação ao índice registrado em 2007. Essa queda expressiva sugere que o Programa Caminho da Escola contribuiu significativamente para a melhoria do acesso e da permanência dos alunos no sistema educacional, especialmente nas localidades onde o transporte era um dos principais entraves à frequência escolar.

Esses números reforçam a importância de políticas públicas estruturadas, contínuas e bem monitoradas. Mostram ainda que o investimento em infraestrutura e logística educacional, como o transporte escolar, é um fator estratégico no combate à evasão, pois elimina barreiras físicas e promove condições mais equitativas para o acesso à educação, contribuindo com a efetivação do direito constitucional ao ensino para todos os brasileiros.

Os resultados obtidos com base nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) confirmam a análise realizada por Barros (2001), que reconhece a efetividade do Programa Caminho da Escola no cumprimento de seu principal objetivo: reduzir a evasão escolar por meio da melhoria do acesso físico às instituições de ensino. A queda da taxa de evasão de 5,11% em 2007 para 3,93% em 2014, representando uma redução de aproximadamente 23%, demonstra que a disponibilização de transporte escolar adequado contribuiu de forma significativa para garantir que os alunos, especialmente os residentes em áreas rurais e de difícil acesso, pudessem frequentar regularmente as aulas.

Contudo, Barros (2001) adverte que a ausência de transporte escolar não é o único fator responsável pela evasão escolar. O autor destaca que o fenômeno da evasão é complexo e multifatorial, exigindo uma abordagem mais ampla por parte das políticas públicas. Entre os fatores apontados por Barros, está a necessidade de muitos alunos abandonarem a escola para ingressar precocemente no mercado de trabalho, com o intuito de contribuir para o sustento familiar. Essa realidade é especialmente comum entre jovens de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que enfrentam dificuldades estruturais para manter os filhos na escola.

Dessa forma, embora o Programa Caminho da Escola seja uma política exitosa no que diz respeito à redução de barreiras geográficas, é indispensável que ele seja complementado por outras iniciativas que abordem os aspectos sociais e econômicos relacionados à evasão escolar. Programas como o Bolsa Família (Auxílio Brasil), que condiciona a permanência dos alunos na escola ao recebimento do benefício, e o Brasil Alfabetizado, voltado à inclusão educacional de jovens e adultos fora da escola, são exemplos de políticas integradas que atuam de forma conjunta para enfrentar os diversos fatores que levam ao abandono escolar.

Portanto, os dados reforçam a importância de ações articuladas e intersetoriais, que contemplem não apenas o acesso físico à escola, mas também a permanência com qualidade, o apoio socioeconômico às famílias, a formação continuada de professores, a melhoria da infraestrutura escolar e o desenvolvimento de metodologias pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes. Somente assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e garantir o direito ao aprendizado para todos.

O Programa Bolsa Família, instituído em 2003, consolidou-se como o principal programa de transferência de renda voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica no Brasil. Apesar de ter como foco central o alívio imediato da pobreza por meio do repasse de recursos financeiros, o programa foi estrategicamente estruturado com condicionalidades nas áreas de saúde e educação, visando promover a inclusão social e o desenvolvimento humano a médio e longo prazo.

No campo da educação, essas condicionalidades desempenham um papel fundamental no enfrentamento da evasão escolar. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013), as famílias beneficiárias com filhos entre 6 e 15 anos devem garantir que as crianças estejam matriculadas em instituições de ensino e com frequência mínima mensal de 85% da carga horária escolar. Para os adolescentes de 16 e 17 anos, o percentual exigido é de pelo menos 75% de frequência mensal.

Essas exigências têm como principal objetivo incentivar a permanência dos estudantes na escola, garantindo o cumprimento do direito à educação e, ao mesmo tempo, prevenindo o abandono escolar precoce — um fenômeno comum entre adolescentes em situação de vulnerabilidade, frequentemente pressionados a abandonar os estudos para contribuir com o sustento da família.

Ao vincular o benefício financeiro ao acompanhamento da frequência escolar, o Bolsa Família promove uma integração entre política social e política educacional, reforçando o papel da escola como espaço de proteção, desenvolvimento e construção de cidadania. Assim, o programa atua de forma estratégica não apenas no combate à pobreza, mas também na prevenção da evasão escolar, ao condicionar o apoio financeiro à responsabilidade das famílias em manter seus filhos na trajetória educacional.

Portanto, o Bolsa Família representa uma política pública de impacto significativo, tanto no aspecto social quanto no educacional, demonstrando que ações articuladas entre diferentes áreas podem produzir resultados positivos mais amplos, promovendo não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes em contextos de maior vulnerabilidade.

Segundo Glewwe e Kassouf (2008), ao analisarem os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2011, é possível observar uma melhora significativa no desempenho dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, acompanhada de uma redução nas taxas de abandono escolar. Esses dados reforçam a eficácia das condicionalidades educacionais do programa, que vinculam o recebimento do benefício à matrícula e frequência escolar dos filhos das famílias atendidas.

No Ensino Médio, por exemplo, a taxa de aprovação entre os beneficiários do Bolsa Família foi de 79,9%, superando a média nacional, que ficou em 75,2%. Da mesma forma, a taxa de abandono escolar nesse segmento foi de apenas 7,1% entre os estudantes beneficiados, em comparação com os 10,8% registrados na média nacional. Esses dados indicam que o programa contribui de forma concreta para a permanência dos alunos na escola, mesmo em uma etapa educacional que tradicionalmente apresenta maiores índices de evasão.

No caso do Ensino Fundamental, os resultados também demonstram avanços. A taxa de aprovação dos beneficiários aumentou de 80,5% em 2008 para 83,9% em 2011, mostrando uma tendência de crescimento contínuo no desempenho escolar. Já a taxa de abandono nesse nível de ensino, em 2011, foi de 2,9% entre os beneficiários, inferior à média nacional de 3,2%, conforme registrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013, p. 4).

Esses dados evidenciam que o Programa Bolsa Família, ao condicionar o repasse do benefício à assiduidade escolar, tem contribuído de maneira significativa para reduzir a evasão e melhorar o desempenho escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade. Além disso, os resultados reforçam a importância de políticas públicas intersetoriais, que aliem ações de assistência social à promoção de direitos fundamentais, como a educação.

Dessa forma, fica claro que o Bolsa Família não apenas ameniza os efeitos da pobreza imediata, mas também atua de forma preventiva, garantindo que mais crianças e adolescentes permaneçam na escola, rompendo ciclos de exclusão e criando melhores perspectivas de futuro.

Sob essa perspectiva, o Programa Bolsa Família revela-se uma ferramenta eficaz no combate à evasão escolar, ao articular políticas sociais com foco na garantia

dos direitos fundamentais, como educação, saúde e assistência social. Embora seja uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, suas condicionalidades educacionais são fundamentais para assegurar a permanência dos alunos na escola, promovendo, assim, o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes beneficiados.

De acordo com Campos (2003), ao exigir que os filhos das famílias beneficiárias estejam matriculados e frequentando regularmente as aulas, o programa ultrapassa sua função de transferência de renda e passa a atuar também como uma política pública de incentivo à educação. Essa exigência contribui para consolidar o direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e estimula uma maior responsabilização das famílias em relação ao processo educacional dos filhos.

Além disso, ao promover a frequência escolar, o Bolsa Família ajuda a criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. O programa fortalece o vínculo entre a escola e a família, favorecendo a construção de uma trajetória escolar mais estável e duradoura, o que é essencial para romper o ciclo intergeracional da pobreza e da exclusão social.

Assim, conforme aponta Campos (2003), o Bolsa Família deve ser compreendido não apenas como uma política de proteção social imediata, mas como um instrumento estratégico de inclusão educacional, que reconhece a importância da educação como caminho para a cidadania e para a melhoria das condições de vida da população brasileira mais vulnerável.

Outro programa que se destaca no enfrentamento à evasão escolar e à exclusão educacional é o Programa Brasil Alfabetizado, cuja finalidade é combater o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos que, por diversos motivos, não tiveram a oportunidade de concluir ou sequer iniciar seus estudos em idade apropriada. Embora programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, contribuam significativamente para manter crianças e adolescentes na escola, ainda há um número expressivo de indivíduos que não conseguem completar sua trajetória educacional no tempo regular, o que exige ações específicas voltadas para esse público.

De acordo com Henriques (2016), torna-se essencial a implementação de políticas públicas complementares, que reconheçam a existência dessa demanda reprimida e desenvolvam estratégias para garantir o acesso à alfabetização e à educação básica para jovens e adultos excluídos do sistema educacional. O Brasil Alfabetizado, nesse sentido, representa uma resposta do poder público ao desafio de promover educação ao longo da vida, oferecendo uma nova oportunidade de aprendizado para aqueles que foram historicamente marginalizados.

O programa atua em parceria com estados e municípios, fornecendo apoio técnico e financeiro para a organização de turmas, formação de alfabetizadores e desenvolvimento de metodologias adequadas à realidade dos educandos. Seu foco está não apenas na alfabetização funcional, mas também na valorização da cidadania, possibilitando que esses sujeitos desenvolvam autonomia, autoestima e capacidade crítica, aspectos essenciais para a sua inclusão social e econômica.

Nesse contexto, o Programa Brasil Alfabetizado se configura como uma importante ferramenta de combate à evasão e ao analfabetismo, contribuindo para reverter as desigualdades educacionais e ampliar o direito à educação a todos, independentemente da idade. Como enfatiza Henriques (2016), o investimento na alfabetização de jovens e adultos é uma medida de justiça social, que possibilita o resgate de trajetórias interrompidas e promove o desenvolvimento individual e coletivo de milhares de brasileiros.

Percebe-se, ao longo dos anos, uma evolução significativa no campo da alfabetização de jovens e adultos, impulsionada por políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado. Conforme destaca Henriques (2016), esse programa tem como principal finalidade inserir a alfabetização de jovens e adultos na lista de prioridades da agenda educacional do país, buscando reparar déficits históricos no acesso à educação básica.

A proposta central do programa é concentrar esforços para o desenvolvimento de uma política pública que reconheça a alfabetização como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente da idade ou da trajetória escolar anterior. Segundo o autor, essa iniciativa visa não apenas oferecer a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também assegurar uma educação de qualidade, com base em princípios de inclusão, equidade e justiça social (HENRIQUES, 2006).

O Brasil Alfabetizado, ao valorizar a educação de jovens e adultos, contribui diretamente para a superação do analfabetismo funcional e para a redução das desigualdades educacionais, especialmente entre as populações mais vulneráveis, como trabalhadores informais, pessoas em situação de pobreza extrema e moradores de áreas rurais ou periféricas. Além disso, o programa reforça a concepção de que nunca é tarde para aprender, reconhecendo a educação como um instrumento de transformação pessoal, social e econômica.

Portanto, a análise de Henriques (2006, 2016) confirma que o Programa Brasil Alfabetizado representa um avanço na construção de uma educação mais inclusiva e democrática, ao colocar a alfabetização de jovens e adultos no centro das políticas públicas e garantir, na prática, o direito à educação ao longo da vida.

Seguindo o pensamento de Henriques (2006), ao analisar os dados relacionados às taxas de analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil, observa-se que, embora o Programa Brasil Alfabetizado enfrente inúmeros desafios, ele tem cumprido seu papel como política pública voltada à promoção da alfabetização e do desenvolvimento humano. Trata-se de uma iniciativa que busca reparar desigualdades históricas, oferecendo uma nova chance de aprendizado a pessoas que, por diversas razões — muitas vezes ligadas à pobreza, à exclusão social ou à necessidade precoce de trabalhar —, não puderam estudar na idade adequada.

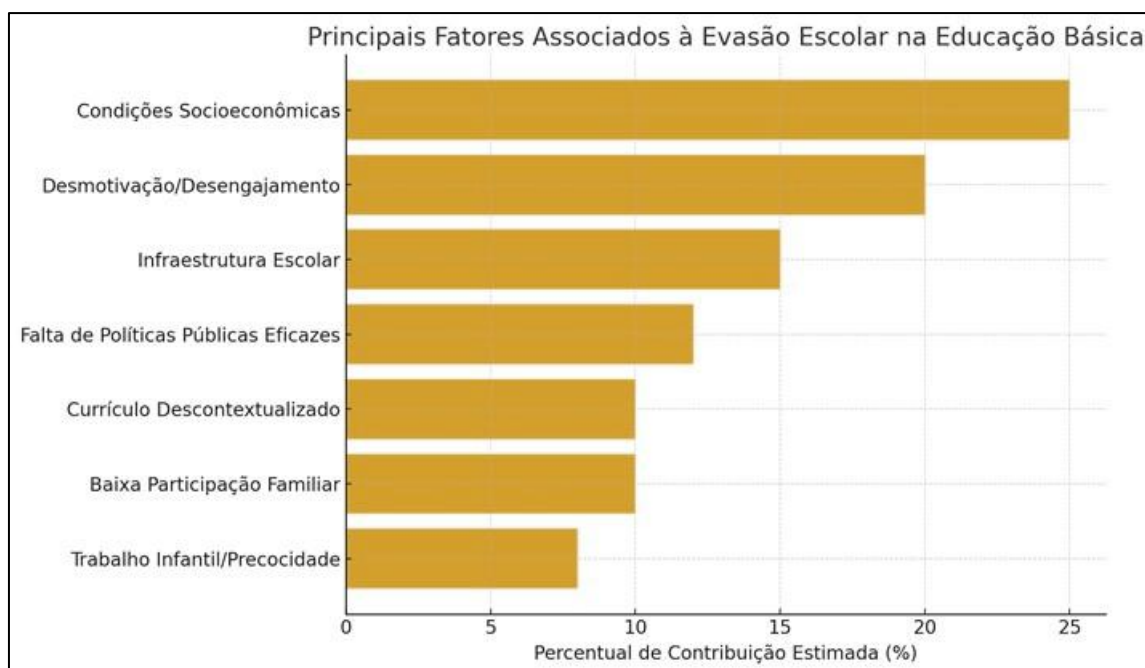
Destarte, Henriques destaca que os participantes do programa frequentemente carregam uma bagagem emocional marcada por frustrações, sentimentos de incapacidade e baixa autoestima, o que torna o trabalho pedagógico ainda mais delicado. Além disso, há dificuldades específicas na manutenção da frequência desses alunos, que muitas vezes enfrentam obstáculos como longas jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e falta de infraestrutura adequada para o estudo.

Apesar disso, o programa tem se mostrado eficaz ao oferecer um ensino voltado para a realidade desses sujeitos, respeitando seu tempo, suas vivências e seus saberes.

O objetivo principal do Brasil Alfabetizado, conforme enfatiza Henriques (2006), é não apenas ensinar a ler e escrever, mas garantir o direito constitucional à educação, promovendo a cidadania plena. O processo de alfabetização é compreendido como um instrumento de libertação e empoderamento, que possibilita aos educandos tornarem-se sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, aptos a participar de forma mais ativa na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, o programa contribui diretamente para a valorização da dignidade humana, o resgate da autoestima e a inclusão social, além de fomentar o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da importância do saber ao longo da vida. Apesar das limitações estruturais e dos desafios enfrentados, o Brasil Alfabetizado representa uma importante conquista no esforço coletivo por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, alinhada aos princípios constitucionais de equidade, inclusão e justiça social.

GRÁFICO 1. Principais fatores associados à evasão escolar na Educação Básica



Fonte: o autor.

O gráfico 1, de caráter autoral foi elaborado com base na análise teórica dos autores discutidos neste capítulo e na sistematização dos principais fatores recorrentes nas pesquisas sobre evasão escolar. Ele representa uma estimativa da contribuição percentual de diferentes variáveis que impactam a permanência dos estudantes na escola.

Destacam-se como mais significativos os fatores socioeconômicos (25%) e o desengajamento escolar (20%), seguidos por questões estruturais como a

infraestrutura precária das escolas (15%) e a ausência de políticas públicas eficazes e intersetoriais (12%). Outros fatores relevantes incluem o currículo descontextualizado (10%), a baixa participação familiar na vida escolar (10%) e o trabalho infantil ou ingresso precoce no mercado de trabalho (8%).

A construção deste gráfico visa oferecer uma visualização sintética e crítica dos elementos abordados ao longo do capítulo, permitindo uma melhor compreensão da complexidade do fenômeno da evasão escolar e reforçando a necessidade de políticas educacionais integradas e contextualizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira enfrenta inúmeros desafios que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, os quais decorrem de uma série de fatores interligados. Entre eles, destacam-se a limitação na formação e valorização dos professores, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, bem como os problemas externos enfrentados pelos estudantes em seu cotidiano, como a vulnerabilidade social, a violência, a desestruturação familiar e a necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho.

Nesse cenário, a evasão escolar configura-se como um dos problemas mais críticos e abrangentes, afetando todos os níveis e modalidades da educação, com destaque para a educação básica, que deveria ser a etapa mais consolidada no que se refere ao acesso e à permanência dos alunos. A evasão compromete não apenas o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também os indicadores de qualidade da educação e o próprio progresso social e econômico do país.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível garantir o direito constitucional à educação, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal, o que implica em promover ações que assegurem não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Para isso, foi necessário realizar uma investigação aprofundada sobre os principais motivos que levam crianças, jovens e adultos a abandonarem os estudos, considerando tanto os fatores internos ao ambiente escolar quanto os externos, ligados às condições de vida dos alunos.

A partir dessa compreensão dos fatores que provocam a evasão escolar, torna-se possível analisar a funcionalidade e a efetividade das políticas públicas que têm sido implementadas com o objetivo de reverter esse quadro. Programas como o Caminho da Escola, o Bolsa Família (Auxílio Brasil) e o Brasil Alfabetizado se destacam como importantes iniciativas voltadas à garantia do direito à educação, cada um atuando em frentes distintas, mas complementares, como o acesso físico à escola, o apoio financeiro às famílias em vulnerabilidade e a inclusão de jovens e adultos fora da escola.

Assim, combater a evasão escolar exige uma atuação intersetorial, contínua e contextualizada, que envolva a escola, o Estado, a comunidade e a família, e que esteja comprometida com a construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

A partir da compreensão dos diversos fatores que levam alguns alunos a se evadirem da escola, este estudo buscou apresentar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da evasão escolar, reconhecendo que tais políticas, quando bem estruturadas, organizadas e aplicadas de forma adequada, possuem potencial significativo para reduzir os índices de abandono e garantir a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Para que essas políticas sejam verdadeiramente eficazes, é fundamental que estejam alinhadas às factuais necessidades educacionais dos alunos da educação básica, considerando suas condições socioeconômicas, culturais e familiares, bem como os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Somente a partir de um diagnóstico aprofundado da realidade dos estudantes é possível planejar e executar ações que respondam de forma assertiva aos motivos que os afastam da escola.

As políticas públicas necessitam, portanto, ir além da garantia do acesso, promovendo um ensino que seja significativo, inclusivo e motivador, capaz de despertar o interesse, o pertencimento e o engajamento dos alunos. Isso exige a articulação entre programas de assistência social, ações pedagógicas inovadoras, investimento na formação docente, melhoria da infraestrutura escolar e fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade.

Assim, compreendendo a evasão escolar como um fenômeno multifatorial, o estudo reafirma que as políticas públicas devem ser concebidas como ferramentas de transformação social, comprometidas com a promoção do direito à educação, da equidade e da cidadania plena, contribuindo para que todos os estudantes tenham a oportunidade de permanecer, aprender e se desenvolver na escola.

6.REFERÊNCIAS

ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica.** São Paulo: Vozes, 2001

BARROS, R. P. **EVASÃO AINDA É UM DOS MAIORES DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO.** Aprendizagem em foco, In: INSTITUTO UNIBANCO. São Paulo, Nº37 nov. 2017.

BARROS, R. P. **Políticas Públicas para a Redução do Abandono e da Evasão Escolar de Jovens.** São Paulo: Fundação Brava, 2017.

BARROS, R. P. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens.**out.2017.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente – lei 8069 de 13 de julho de 1990.** Brasília DF. 1990

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Nº9394**: Brasília. MEC, 1996

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Bolsa Família**. Brasília, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2019d.

BRASIL. Ministério da Educação, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília: Ministério da Educação, 2019h.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Caminhos da Escola**. Brasília, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular. Ministério da Educação, Secretaria De Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília: Ministério da Educação. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2019e.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**. Ministério da Educação. 2019f.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Saúde nas Escolas**. Brasília, Ministério da Educação. 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Escola que Protege**. Brasília: Ministério da Educação. 2019g.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)**. Brasília, Ministério da Educação. 2019c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Programa Bolsa-Família**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha bolsa Família**. Brasília, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania — Senarc. 2013

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CAMPOS, M. M. **Educação e políticas de combate à pobreza**. 2003.

FORNARI, L. **Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital**. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, 27 jan. 2010. .

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971

GLEWWE, P. KASSOUF, A. L. **O Impacto do Bolsa Escola/Família Programa de Transferência Condicional de Renda na Matrícula, Taxas de Desistência e Nota Promoção no Brasil**. Departamento de Economia Aplicada, Universidade de Minnesot, 2008.

HENRIQUES, R. **Alfabetização e Inclusão Social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado, em “Brasil alfabetizado: caminhos da avaliação”**. Organização: Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros, João Pedro Azevedo. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994

LOPES, B. E. M. **Evasão escolar no ensino médio sob a perspectiva dos docentes**. Revista Educação e Políticas em Debate. Minas Gerais. v. 6, n. 3, 30set/dez. 2017.

LOPES, M. A. R. **Comentários à lei de diretrizes e bases da educação**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1999

PAKENAS, H. FILHO, J. J. **Evasão e Abandono no Ensino Médio**. Revista Internacional de Debates da Administração & Pública-RIDAP 2 (1), 59-74, 2017. Osasco, São Paulo.

PEREIRA, M. C. **Evasão escolar: causas e desafios**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento: Ano 04, ed 02, vol 01, pp 36-51, fevereiro de 2019

ROCHA, S. M. **Um instrumento de rede de atenção pela inclusão escolar**. São Paulo: Vozes, 1999.

SAMPAIO, F. E. R. **PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UMA ESCOLA**

PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA CE/BRASIL. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

SOUZA, C. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

